

Não há saída para a crise brasileira que não passe pela via política, pelo Congresso Nacional. A busca de soluções através dos "dogmas da tecnocracia" fracassou, e exemplo disso são a renegociação da dívida externa e os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa opinião é do senador Carlos Alberto Chiarelli (PDS-RS), para quem, no caso da dívida, a política adotada não levará nem mesmo à sua redução, mas ao aumento; e, no caso dos acordos, o País está sendo humilhado, com assessores subalternos do FMI promovendo auditorias e despachando diretamente no Palácio do Planalto. "Há diferença entre negociar e submeter-se", disse.

A dívida externa levou também o presidente da Comissão de Finanças do Senado, senador Itamar Franco (PMDB-MG), a solicitar, ontem, ao presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Mário Pachini, que levante junto ao Banco Central "todos os instrumentos legais que consubstanciam débitos externos da Fazenda Nacional ou de qualquer forma a responsabilizem na qualidade de fiador ou avalista".

Itamar Franco lembra em seu ofício que o TCU tem poderes para requisitar esses documentos, até mesmo para informar ao Congresso. Ele pede também que o TCU apure se foram observados os limites de endividamento externo relativos aos Estados e Municípios e que estão previstos na legislação.

Solução política

Já o senador Chiarelli, que falou durante a reunião-almoço no Sindicato dos Corretores de Imóveis do Rio Grande do Sul, observou que "a nossa democracia não pode ser apenas institucional. Se nós fizemos a democracia, se chegamos à anistia, às eleições livres, à imprensa livre, se temos o Parlamento funcionando, os partidos apresentando diversas propostas, não há outro caminho para a solução da crise econômica senão o político. A grande antinomia brasileira, hoje, é esta: temos democracia política e autoritarismo econômico".

Para ele não se pode aceitar que o Congresso não seja co-responsável pelas decisões sobre a dívida e o FMI. No caso da dívida, "só estamos contraindo empréstimos para pagar juros de outros empréstimos, aumentando nossa dívida real". Ele lembrou que nem o superávit de seis bilhões de dólares servirá para reduzir a dívida, "porque somente a soma dos juros e encargos será de 18 bilhões de dólares no final do ano".

Embora admita que o governo não é obrigado a submeter os acordos com o FMI ao Congresso, Chiarelli entende que os parlamentares precisam participar dos debates em todos os seus aspectos. Aliás, o deputado Paulo Lustosa (PDS-CE) anunciou que proporá, hoje, ao presidente interino Aureliano Chaves a suspensão das negociações com o



A dívida, o FMI e as críticas do senador.

Dívida Externa
015
Reportagem 0431

FMI, por achar impossível ao País arcar com o custo social provocado pelas exigências do Fundo. O deputado sugerirá a implantação de um projeto de recuperação econômica do País, incluindo medidas de austeridade.

Moratória?

O senador Chiarelli manifestou-se contra a moratória e a favor de um programa amplo de renegociação da dívida, com interrupção dos pagamentos por dois ou três anos, período em que o País "recuperaria forças e retomaria o equilíbrio financeiro". Ele entende que o Brasil tem de fazer valer sua importância geopolítica e econômica. Como exemplo citou os 15 milhões de dólares diários que os Estados Unidos gastam em El Salvador, pela sua importância estratégica na América Central. E "o Brasil é a matriz da América Latina" — assinalou.

Mas para o governador de Santa Catarina, Espírito Santo Amin (PDS), a moratória deve ser declarada "sem nenhum constrangimento" caso necessário. "O que não se pode é impingir mais sofrimento ao povo brasileiro, a fim de pagar compromissos que não foram assumidos por ele."

Timóteo e o presidente

O deputado-cantor Agnaldo Timóteo (PDT-RJ) subiu ontem à Tribuna da Câmara para manifestar seu apoio ao projeto do deputado Adhemar Ghisi (PDS-SC), que estabelece a reserva de mercado para as retíficas de motores brasileiros. Mas não resistiu e acabou criticando o presidente Figueiredo e censurando a atuação dos deputados em geral.

Ao dar boas-vindas a Figueiredo, Timóteo, ferino, disse não só esperar que ele volte "com tudo novinho, mas também com idéias novas, decisões novas"; que ele prove "que é mais presidente do que o presidente Aureliano, que, em 30 dias, deu um verdadeiro show de presidente da República, enquanto aquele foi administrativamente um desastre".

— Não conheço o presidente Figueiredo pessoalmente. Dizem que é uma pessoa maravilhosa, muito simpático, bom pai de família, bom vovô, anda a cavalo, faz programas de televisão, mas como administrador foi um fracasso.

E os deputados? Para Timóteo, eles têm, "lá fora, uma reputação horrível. Consideram que todos os deputados somente fazem aprovar os projetos de interesse das multinacionais, que se deixam vender, que são corruptos e traidores. E preciso que lutemos para desfazer essa imagem".

O "presidenciável" ministro do Interior, Mário Andreazza, também não foi poupança. No Nordeste, "a indústria da seca é um fato", disse Timóteo. "O ministro Andreazza faz de lá seu centro de colheita de votos e de prestígio: manipula e maneja aquela miséria, não conserva nada e bagunça tudo."